

## RESENHA

Bookreview

# DO IMPÉRIO AO ESTADO – MORFORLOGIAS DO SISTEMA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

*Gabriel Fernandes Pimenta*<sup>2</sup>

As Relações Internacionais (RI), enquanto campo autônomo de conhecimento, são constantemente questionadas sobre a abrangência do escopo de seus estudos – elas deveriam abranger os relacionamentos entre as mais diferentes formas políticas ao longo do tempo? Os fenômenos que claramente se manifestam em mais de um Estado, mas que passam ao largo da ação de agentes governamentais, são fenômenos que as RI devem estudar? Como solução provisória, convencionou-se, especialmente entre os estudiosos estadunidenses e britânicos, principais centros de produção acadêmica das RI, que o campo deve ater-se aos fenômenos do relacionamento entre as entidades políticas dos Estados-nacionais. Essa perspectiva limita a capacidade heurística do campo, especialmente quando colocada em perspectiva histórica, uma vez que o surgimento dos Estados-nacionais, unidades básicas das RI modernas, não foi um processo rápido ou ocorrido de modo linear. Os três ensaios que compõem *Do império ao estado* buscam apresentar aspectos do processo de construção da modernidade e suas implicações para o estudo atual do campo.

O livro escrutina a longa transição do medievo para a modernidade, apresentando diferentes formas do poder na Europa ao longo do período em tela. Sua

---

<sup>1</sup> MOITA, Luís (org.) *Do império ao Estado – morforlogias do sistema internacional*, Lisboa, EDIUAL, 2013, 144 p. ISBN: 978-989-8191-43-4

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PUC-Minas. E-mail: pimenta.gabriel@gmail.com

filiação imediata à subárea da História das Relações Internacionais não impede que sejam expostos questionamentos pertinentes para a teoria e a metateoria do campo. A interposição de versões do desenvolvimento do Estado-nação moderno foge das abordagens mais tradicionais da área, aproximando a obra da linha de teoria e análise crítica.

No primeiro texto, “Visões do Império: religião, ontologia e o internacional no início da Era Moderna”, Lucas Grassi (PhD, University of Exeter) analisa as bases ideacionais dos impérios ocidentais sob a ótica da filosofia reformacional. Segundo esta corrente filosófica, fundamentada principalmente pela obra do holandês Herman Dooyeweerd, o pensamento teórico orienta a ação, contudo, suas bases se sustentam em uma dimensão básica pré-teórica, irmanada ao pensamento religioso. É possível, portanto, traçar a história do conhecimento a partir da identificação dos motivos que constituem as abstrações, bases do pensamento teórico. Segundo o autor, por meio desse método é possível afirmar que o pensamento clássico ocidental deriva da antítese entre os motivos da Forma e da Matéria - a partir do período helênico, predomina o motivo da forma, cujo ápice é a ideia platônica da forma metafísica como o verdadeiro ser. Na política, isso se reflete na concepção grega de que as instituições consistem no domínio da Forma, enquanto a desordem, representada pelo barbarismo, é o domínio da Matéria. A ascensão do cristianismo traz consigo uma reformulação da dicotomia entre Forma e Matéria, substituídas pela antítese entre Graça e Natureza. Quanto à autoridade, a Graça, que age sobre os temas espirituais, é representada pelo Papado; a Natureza, dos assuntos terrenos, pelo Império.

A Reforma Protestante, ao dividir o centro de poder cristão, substitui a noção de Graça pela de Liberdade - movimento compreensível ao levarmos em conta que a busca dos protagonistas da Reforma era pelo pluralismo dentro da cristandade. Em seguida, as convulsões religiosas do século XVII levam à secularização da ideia de Liberdade, como pode ser entrevisto pela contraposição completamente política proposta por Hobbes entre Natureza e Liberdade. De forma mediada, essas antíteses, cujas origens remontam às origens helênicas do pensamento ocidental, informam os conceitos políticos em vigor no momento inicial da Idade Moderna e, logo, também os

tratamentos iniciais da questão do internacional, como a análise de Pufendorf sobre o Sacro Império Romano Germânico - um Estado aberrante por ser unidade que contém um sistema de Estados, ou seja, ter a questão do uso da violência resolvida e não resolvida sob uma mesma autoridade.

O segundo ensaio, "Uma releitura crítica do consenso em torno do 'sistema vestefaliano'", escrito por Luís Moita (PhD, Universidade Autónoma de Lisboa), aborda os mitos tecidos ao redor dos Acordos de Vestefália de 1648: os tratados teriam sido, ao mesmo tempo, consolidadores da ideia de nacionalidade, responsáveis pela organização política em forma de Estado e inventores da soberania territorial. A análise dos tratados e de suas consequências, contudo, indica o contrário, levando o autor mesmo a propor o abandono da expressão "Estado vestefaliano". O Sacro Império Romano Germânico, entidade política de forma peculiar, tinha sua legitimidade baseada no prolongamento simbólico do Império Romano clássico. A Paz de Vestefália - conjuntos de acordos celebrados nas cidades de Münster e Onasbrück - foi momento de relativa emancipação dos príncipes germânicos face ao imperador, o que garantiu a continuidade dos principados, unidades cujo principal nexos de identificação era religioso, até a dissolução do império. Por garantirem aos principados capacidade legislativa e de cobrança de impostos, assim como capacidade de fazer a guerra, os tratados pareceram consolidar a ideia dos Estados-nacionais modernos, porém, ao reforçar os principados, unidades cujo principal nexos de identificação era o religioso, o efeito foi o de retardar o desenvolvimento dos Estados-nacionais da Europa central até a derrocada do Sacro Império Romano Germânico, já no século XIX. Após arrolar tais argumentos, o autor afirma que o sistema internacional moderno teve sua consolidação no advento quase simultâneo da Revolução Francesa - que cristalizou a ideia de nação - e do capitalismo industrial, argumento que coaduna com o de Osiander (2001).

O texto final do livro, "Um caso de 'estado' nas vésperas do regime liberal: Portugal, século XVIII", é de autoria de José Subtil (PhD, Universidade Autónoma de Lisboa), e consiste em uma tentativa de compreender uma descontinuidade no processo de construção de Portugal como um Estado moderno, na qual o poder disciplinador era exercido pelos braços sanitário e policial da autoridade política. Parte-se do suposto que

as diferentes necessidades da vida em sociedade conformam as formas de poder político ao longo do tempo, o que explica a formação de Estados-nacionais em diferentes momentos e por diferentes caminhos. No século XVII, estavam em voga na Europa as obras que estabeleciam os estados policiais, formas de organização política nas quais os principais poderes eram os de fiscalização da ordem pública baseada no conhecimento científico - o "Traité de la Police" de Nicolas Delamare é o exemplo paradigmático desta corrente. Em Portugal, a corrente é abastecida pelas obras de Pascoal José de Melo Franco, como "O Novo Código do Direito Público de Portugal", e José Pinheiro de Freitas Soares, cujo "Tractado de polícia medica, no qual se comprehendem todas as matérias que podem servir para organizar um regimento de polícia de saúde, para o interior do reino de Portugal" é responsável por separar os ramos da higiene pública e da polícia médica. Como observa o autor, a proliferação das obras fundadoras do estado de polícia em Portugal ocorre já no século XVIII, atrasada portanto em relação aos demais países - a causa disso advém das necessidades conjunturais: o grande terremoto de Lisboa de 1755 e a subsequente ausência de capacidade do regime para lidar com a situação levaram ao preenchimento da esfera política pelo estado de polícia calcado no conhecimento técnico. A disciplinarização da vida, transformada em um objeto político instrumentalizável pela tecnologia disponível, foi o traço central da fundação do Estado moderno em Portugal, diferentemente de outras formas de organização política do período nas quais imperou o Estado supraindividual.

"Do império ao estado" apresenta, mediante profunda pesquisa histórica, três perspectivas sobre a ontologia das Relações Internacionais que fogem das narrativas comuns de constituição do campo. As influências religiosas do moderno pensamento político, o atraso na consolidação dos Estados-nacionais provocado pelos Acordos de Vestefália e o processo alternativo de construção do Estado português são os três aspectos abordados pela obra, e que deixam claro que as morfologias do sistema internacional, ao contrário do que as narrativas centrais do campo sugerem, são muitas.

*Resenha recebida dia 10 de julho de 2013. Aprovado em 20 de agosto de 2013.*